



## Participação das Empresas dos Países Emergentes na Definição do Framework do Relato Integrado: Análise do *Consultation Draft* de 2013

**Flávio Rodrigo Leal Tunico**

Mestrando em Ciências Contábeis pela UFPE

**Raimundo Nonato Rodrigues**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFPE

### Resumo

O presente estudo analisou a participação de países da América do Sul, África, Índia e China na definição do primeiro *Framework* do Relato Integrado, traçando um perfil das entidades que enviaram comentários ao *International Integrated Reporting Council* (IIRC) referente à consulta pública realizada entre 16 de abril e 15 de julho de 2013. A partir da análise de 53 das 63 cartas comentários enviadas por empresas ou pessoas físicas participantes da amostra, foi possível observar que, em números absolutos, a maior participação foi desenvolvida por empresas de consultoria na área de elaboração de relatórios de sustentabilidade e Organizações Não Governamentais relacionadas a corpos profissionais. Esse resultado está de acordo com a Teoria dos Grupos de Interesse, uma vez que essas empresas de consultoria têm participação ativa na elaboração dos relatórios de sustentabilidade das principais empresas dos países analisados e suas participações nessas discussões trará vantagem competitiva às mesmas. Adicionalmente, foi utilizado um modelo de regressão linear múltipla com variáveis *dummy* a fim de evidenciar se alguma das regiões analisadas ou setores econômicos aos quais as empresas pertencem são estatisticamente significantes em relação ao nível de participação determinado pela quantidade de comentários enviados. Nesse sentido, os resultados mostraram que não houve diferença estatisticamente significativa entre os grupos analisados. Como proposta para estudos posteriores, sugere-se uma análise comparativa dos comentários enviados com a versão final do *framework*, a fim de evidenciar quais comentários foram recepcionados pelo IIRC na definição da primeira versão da estrutura conceitual para o Relato Integrado.

**Palavras-chave:** Relato Integrado; Teoria dos Grupos de Interesse; *Comment Letters*.



## 1. Introdução

A sustentabilidade tem sido tema bastante discutido nos últimos anos. Vários estudos têm relacionado o papel da sustentabilidade, governança corporativa e a divulgação de informações não financeiras pelas empresas e o valor da firma, mostrando que a divulgação dessas informações pode ter impacto na geração de valor para as empresas (Wagner, 2010; Speziale & Klovienè, 2014; Plumlee, Brown, Hayes, & Marshall, 2015).

Dentro dessa perspectiva de divulgação de informações financeiras e não financeiras, foi proposto por um grupo de entidades o chamado Relato Integrado (*Integrated Reporting*), com diretrizes emanadas do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), uma coalizão global de reguladores, investidores, empresas, organismos de normatização, representantes do setor contábil e de ONGs (IIRC, 2013a).

Essa coalizão, de forma conjunta, compartilha a visão de que os relatórios corporativos precisam evoluir para proporcionar uma comunicação concisa sobre como a estratégia, governança, desempenho e as perspectivas de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à criação de valor no curto, médio e longo prazo (IIRC, 2013a).

Seguindo o desenvolvimento do trabalho de elaboração da primeira versão do *Framework* para o Relato Integrado, divulgado em dezembro de 2013, ocorreu um período de consulta pública realizado entre 16 de abril e 15 de julho de 2013, em que várias empresas ou pessoas físicas enviaram comentários que auxiliaram na elaboração dessa primeira versão.

De acordo com Hansen (2011), a definição de normas contábeis é realizada dentro de uma “arena política”, muitas vezes controversa, existindo uma grande variedade de métodos que as organizações podem utilizar para fazer *lobbying* para que seus padrões preferidos saiam “vencedores”.

Segundo Stigler (1971) esse processo político desafia a explicação racional, sendo uma mistura constante e imprevisível de forças das mais diversas naturezas. Segundo esse autor, os regulamentos são projetados e operados principalmente para o próprio benefício das corporações.

Corroborando com Stigler (1971), Watts e Zimmerman (1978) afirmaram que os indivíduos agem para maximizar a sua própria utilidade e, portanto, os *lobbies* na definição das normas contábeis são direcionados aos próprios interesses dos grupos dominantes. Desta forma, eles acreditam que os gestores desempenham papel central na determinação de padrões contábeis.

O estudo de Zeff (2002) define o *lobbying* como o conjunto de pressões “políticas” que podem ser desencadeadas por qualquer iniciativa interessada no processo para prescrever tratamentos contábeis específicos, eliminar tratamentos alternativos, impor requisitos adicionais de divulgação, ou restringir as interpretações.

Especificamente em relação ao Relato Integrado, Dragu e Tiron-Tudor (2013) estudaram os fatores emergentes para a adoção voluntária do Relato Integrado. Através da análise de conteúdo dos relatórios das empresas que fizeram parte do programa piloto do IIRC, mostraram que há evidências de que fatores políticos influenciam a divulgação de Relatos Integrados.

Assim, surge a motivação para o seguinte questionamento: **Qual o perfil dos participantes da América do Sul, África e Ásia na definição do primeiro Framework do Relato Integrado?**

Tomando como ponto de partida o questionamento acima, o presente estudo tem como objetivo principal analisar a participação dos países da América do Sul, África e os países asiáticos Índia e China na definição do Framework do Relato Integrado, determinando a quais setores econômicos pertencem as entidades que enviaram comentários ao IIRC referente à consulta pública realizada entre 16 de abril e 15 de julho de 2013. Como objetivos específicos têm-se os de analisar a quantidade de entidades que participaram da consulta, as questões que receberam mais comentários



das entidades, se há diferença estatisticamente significativa entre os grupos analisados e, por fim, procurar relacionar essa participação com a Teoria dos Grupos de Interesse.

Sendo o Relato Integrado (RI) uma nova proposta de reporte corporativo, que vem se desenvolvendo nos últimos anos, e que agrega informações financeiras e não financeiras em um único instrumento, incluindo informações relacionadas à geração de valores sociais e ambientais pelas empresas, o estudo se justifica pela participação cada vez maior dos países emergentes nas discussões relacionadas às questões sociais e ambientais.

O estudo da divulgação dessas informações é importante, tanto para o meio acadêmico como para os usuários das informações sociais e ambientais, como forma de aumentar a compreensão da ligação entre as divulgações socioambientais e sua relevância para o mercado de capitais (Rover, 2013). Para Carvalho e Kassai (2014) a evolução dos relatórios corporativos para o Relato Integrado deve ser a nova forma de alcançar a rentabilidade e criar valor para o acionista.

Além disso, especificamente em relação ao Brasil, ainda existem poucas pesquisas relacionadas ao tema, apesar de o IIRC contar com uma participação ativa de entidades brasileiras para disseminação da cultura de um relatório integrado, mas ainda em desenvolvimento.

Como resultado e contribuição do trabalho, esperamos colaborar para a produção e disseminação do conhecimento sobre Relato Integrado, traçando inicialmente o perfil das empresas participantes da discussão do primeiro *framework* do RI e desenvolver no futuro novos trabalhos no campo da análise da aderência das empresas aos requisitos de divulgação traçados pela proposta do RI e de estudos sobre os fatores determinantes para sua aplicação.

Além dessa introdução, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: na seção 2 é apresentada a Revisão de Literatura sobre o *lobbying* político e o Relato Integrado; na seção 3 é apresentada a metodologia, seguida dos resultados e discussões na seção 4; por fim, na seção 5 são apresentadas as considerações finais.

## 2. Revisão da Literatura

### 2.1. O *Lobby* e o Processo de Preparação de Normas

Inicialmente, faz-se necessário um breve comentário acerca da palavra *lobbying*. De acordo com Carmo (2014), o termo *lobbying* não deve ser entendido como sinônimo de atividades desonestas ou antiéticas, apesar de, no Brasil, essa expressão ter ganhado um sentido pejorativo, através da associação às práticas de corrupção, propina e abuso de poder econômico (Lodi, 1986, citado por Carmo, 2014).

De acordo com Zeff (2002), o *lobbying* nos processos de normatização contábil é entendido como o conjunto de pressões “políticas” que podem ser desencadeadas por qualquer iniciativa interessada no processo para prescrever tratamentos contábeis específicos, eliminar tratamentos alternativos, impor requisitos adicionais de divulgação, ou restringir as interpretações.

Assim, essa prática é comum no desenvolvimento de quaisquer processos em que existam grupos de interesse nas definições dos procedimentos ou padrões normativos, o que motivou o desenvolvimento, dentro da economia, da chamada Teoria dos Grupos de Interesse.

A Teoria dos Grupos de Interesse teve como principal impulsionador o trabalho de Stigler (1971), que procurou analisar o processo regulatório através da utilização da Teoria Econômica (Viscusi et al, 2005). Segundo Stigler (1971), a regulação é desenvolvida para atender aos interesses dos grupos que conseguem se mobilizar de forma a convencer os reguladores a agir em seu próprio benefício, visando, através desse processo político, a transferência de riqueza para esse grupo dominante.

Complementando a ideia de Stigler, Becker (1983) afirmava que o processo regulatório era consequência da competição entre diferentes grupos de interesses. Segundo Carmo (2014), a



pressão dos grupos de interesse no processo de normatização contábil promovido por diversos reguladores tem sido objeto de estudo utilizando-se diferentes abordagens, onde os esforços empreendidos por esses grupos para influenciar as decisões são descritos como *lobbying*.

Para Zeff (2002), o impacto das pressões políticas é ainda maior onde existem fortes mecanismos regulatórios como, por exemplo, nos Estados Unidos, onde a *Securities and Exchange Commission* (SEC) tem forte poder de regulamentar as divulgações de informações contábeis pelas empresas.

Alguns estudos têm abordado a questão do *lobbying* no desenvolvimento da normatização contábil, bem como em outros processos.

Em um dos estudos pioneiros, Watts e Zimmerman (1978) analisaram os fatores que influenciam as atitudes da administração sobre as escolhas contábeis que são afetadas pelo *lobby* empresarial sobre as normas de contabilidade, concluindo que os indivíduos agem para maximizar a sua própria utilidade e, portanto, os *lobbies* na definição das normas contábeis são direcionados aos próprios interesses dos grupos dominantes.

Sobre os processos de realização de *lobbying*, Georgiou (2004) investigou as formas de pressão na definição dos padrões contábeis do *Accounting Standards Board* (ASB) no Reino Unido e o momento em que essa atividade ocorre. Os resultados encontrados sugerem que as empresas utilizam uma variedade de métodos de *lobby*, incluindo a participação de auditores e reuniões privadas com membros do ASB, todos significativamente associados com a utilização de cartas de comentários. Os achados também sugerem que mais empresas pressionam durante as etapas de consulta público que nas fases anteriores do processo, que são consideradas na literatura como as fases em que o diálogo pode ser mais eficaz.

Tavares et al (2013) estudaram as opiniões mais frequentes submetidas ao IASB/FASB em relação ao *Revised Exposure Draft Revenue from Contracts with Customers*. A partir da análise das cartas de comentários enviadas por 127 empresas norte-americanas e europeias, os pesquisadores encontraram que o aumento do custo de produção da informação, associado a uma falta de coerência conceitual, prevaleceu nas justificativas das opiniões das empresas que enviaram as cartas comentários. Os resultados indicaram também que outros fatores, além dos políticos e regulatórios, influenciam a decisão das empresas em não concordar com um critério contábil que reduza de imediato o seu resultado.

Já Santos & Santos (2014) procuraram identificar os fatores determinantes para a submissão de cartas comentários como estratégia de *lobbying* em relação à audiência pública do *Discussion Paper* sobre atividades extrativistas realizado pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A partir da análise das cartas comentários das empresas petrolíferas, eles mostraram que o tamanho da empresa é fator determinante em todas as modelagens utilizadas, indicando que grandes empresas petrolíferas possuem maior probabilidade para realizar *lobbying*.

Carmo, Ribeiro & Carvalho (2014) investigaram a influência de grupos de interesse no processo de normatização contábil internacional, através da análise das cartas comentários enviadas ao IASB no processo de revisão da norma sobre *Leases*. Os resultados sugerem que os Profissionais contábeis, normatizadores nacionais e acadêmicos exerceram influência nas decisões tomadas pelo normatizador contábil no caso do *Leasing*.

Por fim, com o objetivo de traçar o perfil dos lobistas brasileiros que atuam no processo de elaboração e emissão de normas contábeis internacionais junto ao IASB, através do envio de *comment letters*, Silva et al (2015) analisaram uma amostra de 15 empresas brasileiras que enviaram 25 cartas comentários ao órgão normatizador internacional, concluindo que, para a amostra analisada, as empresas lobistas brasileiras são grandes firmas, com altos índices de endividamentos e possuem planos de remuneração variáveis. Porém, a recíproca não é verdadeira, ou seja, grandes firmas, com altos índices de endividamento, não necessariamente estão envolvidas nessa prática.



### 2.2. O Relato Integrado

A partir dos anos 80 algumas empresas passaram a publicar ao lado dos relatórios contábeis-financeiros os chamados relatórios de sustentabilidade. No entanto, era comum se observar uma falta de consistência entre as informações disponibilizadas pelos relatórios não financeiros e aquelas constantes nos relatórios contábeis (CARVALHO, 2013).

Enquanto os relatórios de sustentabilidade apresentavam um panorama positivo do desempenho organizacional, os relatórios financeiros desmentiam parcialmente essas informações, apresentando altos passivos exigíveis ou contingências (CARVALHO, 2013).

Ainda segundo o autor, algumas razões contribuía para isso, como por exemplo, a falta de comunicação entre as áreas responsáveis pela produção dos relatórios de sustentabilidade e as áreas de finanças, controladoria e contabilidade.

Paralelamente a isso, a comunicação social corporativa tornou-se um espaço essencial para a legitimação da imagem da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) (GOND; HERRBACH, 2006). Estudos têm mostrado evidências de que a efetivação, monitoramento e divulgação de condutas socialmente responsáveis dentro das organizações, em relatórios voluntários, contribuem significativamente para a criação de uma imagem empresária socialmente responsável e legítima junto às partes interessadas da Empresa (HASSELDINE; SALAMA; TOMS, 2005; TOMS, 2002).

Gray, Kouhy e Lavers (1995) destacam que a fim de angariar apoio e construir uma imagem junto às partes interessadas, as organizações fazem o uso de práticas de divulgação de RSC, gerenciando e compondo as necessidades de informações direcionadas a agentes interessados na sustentação e longevidade da firma.

Nesse sentido, e preocupado com as questões de sustentabilidade e meio ambiente, em dezembro de 2009, o Príncipe de Gales, fundador do projeto *Accounting for Sustainability* (A4S), se reuniu com investidores, organismos de normalização, empresas, órgãos de contabilidade e representantes da Organização das Nações Unidas (ONU) (OWEN, 2013).

Estas organizações, juntamente com o *Global Reporting Initiative* (GRI), e apoiados pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), criaram o *International Integrated Reporting Council* (IIRC), que foi formalmente anunciado em agosto de 2010 (OWEN, 2013).

Esse grupo de trabalho tinha como objetivo coordenar a elaboração de uma estrutura internacional de divulgação corporativa conectada e integrada, posteriormente denominada Relato Integrado, ou simplesmente RI (A4S, 2014).

Seguindo o desenvolvimento dos trabalhos para elaboração dessa estrutura internacional para o Relato Integrado, ocorreu um período de consulta pública realizado entre 16 de abril e 15 de julho de 2013, em que várias empresas ou pessoas físicas enviaram comentários que auxiliaram na elaboração da primeira versão, que foi divulgada em dezembro de 2013.

De acordo com essa estrutura conceitual proposta pelo IIRC (2013b, p. 7), “um relatório integrado é uma comunicação concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as possibilidades de uma organização, no contexto de seu ambiente externo, levam à criação de valor no curto, médio e longo prazo”.

A proposta do Relato Integrado é disponibilizar um reporte que contemple informações financeiras e não financeiras. De acordo com Dragu e Tiron-Tudor (2014, p.222), “o Relato Integrado representa a nova tendência de relatórios em que a informação financeira e não financeira são inter-relacionadas e, portanto, apresenta uma completa imagem da organização”. Ainda segundo os autores, práticas de relatórios integrados oferecem muitas vantagens: reputação, uma melhor compreensão do impacto dos negócios sobre o meio ambiente ou a sociedade, ou correlação financeira com performances não financeiras.

Alguns estudos têm analisado a divulgação de informações corporativas em algumas economias emergentes. Dentre esses estudos, é possível mencionar o de Weber (2014), que analisou



a divulgação de informações sociais, ambientais e de Governança pelas empresas chinesas que faziam parte dos principais índices da maior bolsa de valores da China no período de 2005 a 2012. Através de análise estatística uni e multivariada, os resultados sugerem que o direito de propriedade e a participação em determinado índice da bolsa de valores influencia a frequência de divulgação de informações sociais, ambientais e de Governança. Por sua vez, a divulgação dessas informações influencia o desempenho ambiental e financeiro da empresa.

A África do Sul foi o primeiro país onde o Relato Integrado tem sua divulgação obrigatória pelas empresas listadas em bolsa. Assim, Rensburg e Botha (2014) analisaram como a informação financeira é utilizada no âmbito das novas normas de relatórios financeiros naquele país. Através de uma pesquisa *on-line* nacional, os pesquisadores constataram que muito poucos interessados utilizam o Relatório Integrado como sua principal fonte de informação financeira e de investimento, e que estes relatórios são vistos como informações adicionais.

Já Steyn (2014) estudou a percepção dos CEOs, CFOs e executivos *seniors* das empresas da África do Sul listadas em bolsa em relação aos benefícios percebidos e mudanças ocorridas com a implantação do Relato Integrado. O estudo revelou que o benefício esperado de uma empresa em reconsiderar seu modelo de negócios e incentivar o desenvolvimento de produtos sustentáveis não é percebido como um resultado material nas empresas que implantaram o Relato Integrado, como também não está avaliando a criação de valor econômico, estratégia considerada um motivo fundamental para as empresas apresentarem um Relato Integrado.

Em relação ao Brasil, Nascimento et. al (2015) analisaram os níveis de aderência das empresas brasileiras aos indicadores-chave de desempenho dos capitais não-financeiros dispostos nos Relatórios Integrados. Através da análise de 63 empresas listadas no segmento do Novo Mercado da BM&F/BOVESPA, observou-se que as empresas não estão adequadas aos modelos propostos pelo Relato Integrado, visto que estas não apresentam um bom nível de aderência.

Já Slewinski, Gonçalves e Sanches (2015) verificaram se as variáveis discriminantes tamanho da empresa, setor de atividade, internacionalização, participação no índice Ibovespa e governança corporativa possuem aspecto discriminante em relação à divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou do Relato Integrado. Utilizando estatística descritiva e regressão logística em uma amostra de 316 empresas listadas na bolsa no ano de 2013, evidenciaram que as variáveis Tamanho e Níveis Diferenciados de Governança Corporativa têm caráter discriminante.

Por fim, observa-se que ainda há poucos estudos no Brasil sobre o Relato Integrado e sua adoção pelas empresas.

### 2.3. Os países Emergentes e a divulgação de informações corporativas

Alguns estudos têm analisado a divulgação de informações corporativas em algumas economias emergentes. Dentre esses estudos, é possível mencionar o de Weber (2014), que analisou a divulgação de informações sociais, ambientais e de Governança pelas empresas chinesas que faziam parte dos principais índices da maior bolsa de valores da China no período de 2005 a 2012. Através de análise estatística uni e multivariada, os resultados sugerem que o direito de propriedade e a participação em determinado índice da bolsa de valores influencia a frequência de divulgação de informações sociais, ambientais e de Governança. Por sua vez, a divulgação dessas informações influencia a performance ambiental e financeira da empresa.

A África do Sul foi o primeiro país onde o Relato Integrado tem sua divulgação obrigatória pelas empresas listadas em bolsa. Assim, Rensburg e Botha (2014) analisaram como a informação financeira é utilizada no âmbito das novas normas de relatórios financeiros naquele país. Através de uma pesquisa *on-line* nacional, os pesquisadores constataram que muito poucos interessados utilizam o Relatório Integrado como sua principal fonte de informação financeira e de investimento, e que estes relatórios são vistos como informações adicionais.



Já Steyn (2014) estudou a percepção dos CEOs, CFOs e executivos *seniors* das empresas da África do Sul listadas em bolsa em relação aos benefícios percebidos e mudanças ocorridas com a implantação do Relato Integrado. O estudo revelou que o benefício esperado de uma empresa em reconsiderar seu modelo de negócios e incentivar o desenvolvimento de produtos sustentáveis não é percebido como um resultado material nas empresas que implantaram o Relato Integrado, como também não está avaliando a criação de valor econômico, estratégia considerada um motivo fundamental para as empresas apresentarem um Relato Integrado.

Em relação ao Brasil, Nascimento et. al (2015) analisaram os níveis de aderência das empresas brasileiras aos indicadores-chave de desempenho dos capitais não-financeiros dispostos nos Relatórios Integrados. Através da análise de 63 empresas listadas no segmento do Novo Mercado da BM&F/BOVESPA, observou-se que as empresas não estão adequadas aos modelos propostos pelo Relato Integrado, visto que estas não apresentam um bom nível de aderência.

Já Slewinski, Gonçalves e Sanches (2015) verificaram se as variáveis discriminantes tamanho da empresa, setor de atividade, internacionalização, participação no índice Ibovespa e governança corporativa possuem aspecto discriminante em relação à divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou do Relato Integrado. Utilizando estatística descritiva e regressão logística em uma amostra de 316 empresas listadas na bolsa no ano de 2013, evidenciaram que as variáveis Tamanho e Níveis Diferenciados de Governança Corporativa têm caráter discriminante.

Por fim, observa-se que ainda há poucos estudos no Brasil sobre o Relato Integrado e sua adoção pelas empresas.

### 3. Metodologia

A pesquisa é de natureza exploratória, do tipo documental e bibliográfica. Inicialmente foram levantadas todas cartas-comentários enviadas por pessoas físicas ou empresas localizadas na América do Sul, África, Índia e China. A partir desses documentos, foi traçado o perfil das entidades que enviaram cartas-comentário, analisando-se o setor de atividade ao qual pertencem, de acordo com a classificação disposta pelo IIRC nas cartas comentários.

Adicionalmente, foi utilizado um modelo de regressão linear múltipla com variáveis *dummy* a fim de evidenciar se alguma das regiões analisadas ou setores econômicos aos quais as empresas pertencem são estatisticamente significantes em relação ao nível de participação determinado pela quantidade de comentários enviados. Para a análise estatística foi utilizado o *software* EvIEWS9 SV.

#### 3.1. População e Amostra

A população de estudo é a de todas as empresas ou pessoas físicas da América do Sul, África, Índia ou China que enviaram cartas-comentário ao *Consultation Draft* de 2013 sobre o primeiro *Framework* do Relato Integrado, que totalizaram 63 cartas disponíveis no endereço eletrônico do IIRC, sendo 15 cartas da África, 25 da América do Sul e 23 da Ásia (China e Índia).

Dessas 63 cartas, dez foram desconsideradas por não terem sido apresentadas no formato padrão estabelecido pelo IIRC, o que dificultaria a análise em relação à adequação das respostas às perguntas propostas no modelo padrão disponibilizado pelo órgão. Assim, a amostra consiste de 53 cartas-comentários, sendo 12 cartas da África, 22 da América do Sul e 19 dos países asiáticos analisados.

#### 3.2. Coleta de Dados

As cartas-comentários foram coletadas a partir do sítio eletrônico do IIRC. Após a coleta das cartas, as empresas foram classificadas de acordo com o setor de atividade apresentado nas mesmas.



Para análise das questões mais abordadas pelas entidades que enviaram comentários, foi construída tabela auxiliar, de forma a possibilitar a marcação das questões abordadas por cada uma das empresas ou pessoa física e posterior apuração dos percentuais de respondentes que abordaram cada uma das questões.

### 3.3. Índice de Participação

A fim de mensurar a participação de cada empresa ou pessoa física no desenvolvimento do trabalho de consulta pública, foi construído um Índice de Participação, a ser utilizado no modelo empírico discriminado adiante.

O Índice de Participação foi construído da seguinte forma: as cartas-comentários possuem 24 perguntas relacionadas aos diversos capítulos da proposta do *framework* para o Relato Integrado. As perguntas foram segregadas em cinco grupos: 4 questões referentes ao Capítulo 1, 6 questões referentes ao Capítulo 2, 5 questões referentes ao Capítulo 3, 5 questões referentes ao Capítulo 5 e o grupo das demais questões, este último composto por 4 perguntas.

Para cada um desses grupos, foi construído um subíndice da seguinte forma: atribuiu-se o valor “1” às questões que receberam comentários e valor “0” àquelas que não receberam comentários. Para as questões de cada grupo, foi realizada a soma dos respectivos valores das questões, dividindo-se o resultado pelo número total de questões do grupo.

Dessa forma, o Índice de Participação (IP) foi obtido através da soma dos cinco subíndices referentes a cada um dos cinco grupos de questões.

Assim, tem-se:

$$IP_i = \sum_{t=1}^5 \frac{\sum_{j=1}^{k_t} v_j}{k_t}$$

Onde:  $IP_i$  é o Índice de Participação da empresa  $i$ .

$v_j$  é o valor atribuído a cada questão, como mencionado anteriormente.

$k_t$  é o número de questões do  $t$ -ésimo grupo.

Salienta-se que não foi analisada a natureza das respostas dadas às questões, mas somente se as questões foram objeto de comentário ou não.

### 3.4. Modelo empírico

Com o objetivo de averiguar se alguma das regiões analisadas ou setores econômicos aos quais as empresas pertencem são estatisticamente significantes em relação ao nível de participação determinado pela quantidade de comentários enviados, de acordo com o Índice de Participação definido acima, foi proposto o seguinte modelo de regressão linear múltipla com variáveis *dummy*, dado por:

$$IP_i = \beta_0 + \beta_1 REG1_i + \beta_2 REG2_i + \beta_3 SET_{1_i} + \beta_4 SET_{2_i} + \beta_5 SET_{3_i} + \beta_6 SET_{4_i} + \varepsilon_i$$

onde as variáveis  $REG1_i$  e  $REG2_i$  determinam a região na qual a empresa  $i$  está localizada (América do Sul, África ou Ásia), as variáveis  $SET_{1_i}$ ,  $SET_{2_i}$ ,  $SET_{3_i}$  e  $SET_{4_i}$  representam os setores econômicos aos quais pertencem as empresas (Consultoria, Organizações Não Governamentais, Financeiro, Educação e Pessoas Físicas, Outros) e  $\varepsilon_i$  representa o termo de erro da regressão.

Em relação à região, foi tomado como região-base a América do Sul, de forma que ambas as variáveis  $REG1_i$  e  $REG2_i$  assumiram o valor “0” se o participante estava localizado nessa região. Já para cartas provenientes da África, a variável  $REG1_i$  assumiu o valor “1” e  $REG2_i$  assumiu o valor “0”. Por fim, para participantes localizados na Ásia (Índia ou China), a variável  $REG1_i$  assumiu o valor “0” e  $REG2_i$  assumiu o valor “1”.

Para os setores econômicos, foi tomado como setor-base o de Consultoria, de forma que todas as variáveis  $SET_1_i$ ,  $SET_2_i$ ,  $SET_3_i$  e  $SET_4_i$  assumiram valor “0” para cartas pertencentes a empresas desse setor. Já para Organizações não Governamentais (ONGs), a variável  $SET_1_i$  assumiu o valor “1” e as demais variáveis referentes ao setor econômico assumiram o valor “0”. Para empresas do setor Financeiro, a variável  $SET_2_i$  assumiu o valor “1” e as demais variáveis assumiram o valor “0”. Para cartas provenientes das demais empresas, que compreendem aquelas de Materiais Básicos, Bens de Consumo, Indústria e Óleo, Gás e Energia, a variável  $SET_3_i$  assumiu o valor “1” e as demais assumiram o valor “0”. Por fim, para cartas provenientes de instituições educacionais ou pessoas físicas a variável  $SET_4_i$  assumiu o valor “1” e as demais assumiram o valor “0”. Assim, as variáveis podem ser resumidas no seguinte quadro:

Tabela 1: Valores assumidos pelas variáveis utilizadas no modelo empírico.

Característica	Variáveis					
	$REG1$	$REG2$	$SET_1$	$SET_2$	$SET_3$	$SET_4$
América do Sul	0	0				
África	1	0				
Ásia	0	1				
Consultoria			0	0	0	0
ONG's			1	0	0	0
Financeiro			0	1	0	0
Outros			0	0	1	0
Educação e Pessoas Físicas			0	0	0	1

Fonte: O autor.

## 4. Resultados e Discussão

### 4.1. Resultados e discussão dos dados da amostra

Com relação à amostra tomada, correspondente às cartas enviadas pelos países da África, América do Sul, China e Índia, observou-se o seguinte quantitativo e distribuição percentual de cartas enviadas pelos países das regiões geográficas da amostra analisada, dispostos na Tabela 2:

Tabela 2: Quantidade de cartas-comentários enviadas, por região geográfica (amostra).

Região Geográfica	Número de Empresas	Percentual
África	15	23,81%
América do Sul	25	39,68%
Ásia (China e Índia)	23	36,51%
Total	63	100%

Fonte: Dados da pesquisa a partir das cartas-comentários.

Desse total, foram excluídas 3 cartas da África, 3 cartas da América do Sul e 4 cartas dos países asiáticos analisados. Essas exclusões ocorreram, primordialmente, pelas cartas não terem

side apresentadas no formato padrão estabelecido pelo IIRC, o que dificultaria a análise em relação à adequação das respostas às perguntas propostas no modelo padrão disponibilizado pelo IIRC.

Das empresas selecionadas na amostra, no que tange à classificação por setor de atividade, foi possível observar a seguinte distribuição percentual, conforme Tabela 3:

Tabela 3: Percentual de empresas por setor de atividade (amostra).

Setor	Número de Empresas	Percentual
Consultoria	14	26,42%
Serviços Financeiro	6	11,32%
Organização Não Governamental	14	26,42%
Materiais Básicos	3	5,66%
Educação	5	9,43%
Bens de Consumo	2	3,77%
Indústria	4	7,55%
Óleo, Gás e Energia	2	3,77%
Pessoa Física	3	5,66%
Total	53	100%

Fonte: Dados da pesquisa a partir das cartas-comentários.

Com relação à distribuição por região geográfica, foi possível observar o seguinte quantitativo de empresas por setor de atividade, de acordo com a Tabela 4:

Tabela 4: Quantitativo de empresas por setor de atividade e região geográfica (amostra).

Setor	América do Sul	África	China e Índia	Total
Consultoria	6	2	6	14
Serviços Financeiro	4	2	0	6
Organização Não Governamental	4	5	5	14
Materiais Básicos	2	1	0	3
Educação	1	2	2	5
Bens de Consumo	1	0	1	2
Indústria	1	0	3	4
Óleo, Gás e Energia	1	0	1	2
Pessoa Física	2	0	1	3
Total	22	12	19	53

Fonte: Dados da pesquisa a partir das cartas-comentários.

Em relação às questões abordadas nas cartas-comentários, a Tabela 5 evidencia o quantitativo de cartas que realizaram comentários em relação a cada uma das perguntas da consulta:

Tabela 5: Quantitativo de comentários por questões (amostra).

Seções	Numeração das Questões	Quantidade de Comentários
Capítulo 1: Visão geral	1	39
	2	48
	3	44
	4	28
Capítulo 2: Conceitos fundamentais	5	52
	6	27

	7	48
	8	48
	9	29
	10	20
Capítulo 3: Princípios de Orientação	11	46
	12	36
	13	47
	14	21
	15	20
Capítulo 4: Elementos do Conteúdo	16	30
Capítulo 5: Preparação e apresentação	17	46
	18	17
	19	47
	20	24
	21	17
Visão Geral	22	44
Desenvolvimento do <IR>	23	45
Outros	24	19
<b>Total</b>		<b>842</b>

Fonte: Cartas-comentários.

Observa-se que a questão 5, referente ao capítulo 2, foi a que atingiu o maior número de comentários, não recebendo comentários de apenas uma instituição da amostra analisada. Essa questão se referia à proposta de especificação dos seis tipos de capitais constantes no *framework* do Relato Integrado, em que o respondente deveria externar se concordava ou não com a proposta e justificar a sua afirmativa.

Em relação ao modelo empírico especificado, após a regressão realizada com o auxílio do *software* Eviews 9.0 SV, foram obtidos os seguintes parâmetros:

Tabela 6: Resultados da Regressão Linear Múltipla

Variável	Coefficiente	Desvio-padrão	Estatística t	p-valor
C	1,8702	0,5396	3,4658	0,0012 *
REG1	0,1919	0,6318	0,3037	0,7627
REG2	-1,0029	0,5548	-1,8075	0,0772
SET_1	-0,0807	0,6597	-0,1224	0,9031
SET_2	-0,353	0,8648	-0,4082	0,685
SET_3	-0,7776	0,6911	-1,1252	0,2663
SET_4	-0,8298	0,762	-1,0889	0,2819
R-squared = 0,1369		Estatística F = 0,7297		

\* Estatisticamente significativa ao nível de 5%.

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que nenhuma das variáveis foi estatisticamente significativa ao nível de 5%, exceto o termo constante.

Dessa forma, observa-se que não há diferença estatisticamente significativa entre a participação dos diferentes setores econômicos e das diferentes regiões mundiais no quantitativo de questões analisadas em comparação a categoria base escolhida.



Assim, para a amostra analisada, o quantitativo médio de questões que foram objeto de comentários pelas entidades não variou significativamente entre as regiões geográficas, como também em relação aos diversos setores econômicos nos quais a amostra foi dividida.

Portanto, apesar de as empresas de consultoria e organizações não governamentais representarem um maior quantitativo de empresas participantes, em números absolutos, estas não realizaram comentários em um número maior de questões que as demais entidades participantes da amostra.

#### 4.2. Testes de especificação do modelo

Com relação à especificação do modelo, foram realizados os testes de normalidade dos resíduos e de heterocedasticidade.

Para a normalidade dos resíduos, o teste de Normalidade apresentou que os resíduos têm distribuição normal ( $\chi^2(2) = 5,397$ , com p-valor = 0,0673) o que satisfaz um dos pressupostos do modelo de Regressão Linear.

Além disso, de acordo com o resultado do teste de Breusch-Pagan para Heterocedasticidade, observa-se que os dados da amostra são homocedásticos (estatística F = 1,2159, com p-valor = 0,3155), de forma a satisfazer outro pressuposto do modelo de Regressão Linear.

### 5. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo analisar a participação dos países da América do Sul, África e os países asiáticos Índia e China na definição do *Framework* do Relato Integrado, traçando um perfil das entidades que enviaram comentários ao IIRC referente à consulta pública realizada entre 16 de abril e 15 de julho de 2013, como também se havia diferença estatisticamente significativa entre os grupos analisados, procurando relacionar essa participação com a Teoria dos Grupos de Interesse.

Foram analisadas 53 cartas comentários enviadas por empresas ou pessoas físicas localizadas nas regiões geográficas discriminadas acima, que resultaram em um total de 842 comentários às questões propostas pelo IIRC. Do total de cartas enviadas, 52,84% partiram de empresas de consultoria na área de elaboração de relatórios de sustentabilidade ou de Organizações não Governamentais.

Esses resultados estão alinhados à Teoria dos Grupos de Interesse, uma vez que essas empresas de consultoria participam ativamente na elaboração dos relatórios de sustentabilidade das principais empresas brasileiras e suas participações nessas discussões trará vantagem competitiva às mesmas, bem como as ONGs participantes, que têm interesse nas questões de sustentabilidade.

Por fim, observou-se que não há diferença estatisticamente significativa entre a participação dos diferentes setores econômicos e das diferentes regiões mundiais no quantitativo de questões analisadas, com os participantes apresentando uma média de comentários estatisticamente semelhantes.

Como proposta para estudos posteriores, sugere-se uma análise comparativa dos comentários enviados com a versão final do *framework*, a fim de evidenciar quais comentários foram recepcionados pelo IIRC na definição da primeira versão da estrutura conceitual para o Relato Integrado.



## Referências

Adams, C. A. (2015) The International Integrated Reporting Council: A call to action. *Critical Perspectives on Accounting*, V. 27, p. 23-28. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.001>>. Acesso em: 21 mai 2015.

Brown, J., & Dillard, J. (2014). *Integrated Reporting : On the Need for Broadening Out and Opening Up*. Disponível em: <<http://doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1313>>.

Carmo, C. H. S. (2014). *Lobbying na regulação contábil internacional: uma análise do processo de elaboração da norma sobre reconhecimento de receitas*. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-14072014-185506/>>.

Carmo, C. H. S., Ribeiro, A. M., & Carvalho, L. N. G. (2014). Influência dos grupos de interesse no processo de normatização contábil internacional: o caso do Discussion Paper sobre Leasing. *Contabilidade Vista & Revista*, 25(2), 98-118. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/35250/influencia-dos-grupos-de-interesse-no-processo-de-normatizacao-contabil-internacional--o-caso-do-discussion-paper-sobre-leasing/i/pt-br>>. Acesso em: 15 jan 2016.

Carvalho, N., & Kassai, J. R. (2014). *Relato integrado: a nova revolução contábil*. Disponível em: <[http://revista.fipecafi.org/edicoes/Agosto2014/A\\_revolucao\\_Contabil.pdf](http://revista.fipecafi.org/edicoes/Agosto2014/A_revolucao_Contabil.pdf)>. Acesso em: 29 mai 2015.

Cunha, P. R., Santos, V. dos, Bezerra, F. A., & Pinto, V. M. (2009). Os Custos Políticos nas Instituições Financeiras Face à Resolução 3.518/07 do BACEN. EnANPAD, In: Encontro da ANPAD, XXXII, São Paulo, 19 a 23 de set. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/CON712.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2016.

Dragu, I. M., & Tiron-Tudor, A. (2013). The integrated reporting initiative from an institutional perspective: emergent factors, *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, V. 92, p. 275-279. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.sbspro.2013.08.672>>. Acesso em: 21 mai 2015.

Dragu, I. M., & Tiron-Tudor, A. (2014). Research agenda on integrated reporting: new emergent theory and practice, *Procedia Economics and Finance*, V. 15, p. 221-227. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S2212-5671\(14\)00488-2](http://dx.doi.org/10.1016/S2212-5671(14)00488-2)>. Acesso em: 21 mai 2015.

Frías-Aceituno, J. V., Rodríguez-Ariza, L., & García-Sánchez, I. M. (2013). Is integrated reporting determined by a country's legal system? An exploratory study. *Journal of Cleaner Production*, 44, 45–55. Disponível em: <<http://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.12.006>>.

Frias-Aceituno, J. V., Rodríguez-Ariza, L., & Garcia-Sánchez, I. M. (2014). Explanatory Factors of Integrated Sustainability and Financial Reporting. *Business Strategy and the Environment*, 23(1), 56–72. Disponível em: <<http://doi.org/10.1002/bse.1765>>.

Georgiou, G. (2004). Corporate Lobbying on Accounting Standards: Methods, Timing and Perceived Effectiveness. *Abacus*, 40(2), 219–237. Disponível em: <<http://doi.org/10.1111/j.1467-6281.2004.00152.x>>. Acesso em: 16 jan. 2016.



Gujarati, D. N.; Porter, D. C. (2011). *Econometria básica*. 5 ed. Porto Alegre: AMGH Editora.

Hansen, T. B. (2011). Lobbying of the IASB: An Empirical Investigation. *Journal of International Accounting Research*: Fall 2011, Vol. 10, No. 2, pp. 57-75. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1081413>>

IBGC. (2009). *Código das melhores práticas de governança corporativa*. 4.ed. São Paulo: IBGC. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso 14 abr 2014.

IIRC. (2013a). *Framework development: consultation draft*. Disponível em: <<http://integratedreporting.org/resource/consultationdraft2013/>> Acesso em: 05 jun 2015.

IIRC. (2013b) *International integrated reporting framework*. Disponível em: <<http://integratedreporting.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-THE-INTERNATIONAL-IR-FRAMEWORK-2-1.pdf>>. Acesso em: 20 mai 2015.

Jensen, J. C., & Berg, N. (2012). Determinants of Traditional Sustainability Reporting Versus Integrated Reporting. An Institutional Approach. *Business Strategy and the Environment*, 21(5), 299–316. Disponível em: <<http://doi.org/10.1002/bse.740>>.

Lodi, J. B. (1986). *Lobby: os grupos de pressão*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

Nascimento, M. C., Rodrigues, R. N., Araújo, J. G. de, & Prazeres, R. V. dos. (2015). Relato Integrado: uma análise do nível de aderência das empresas do novo mercado aos indicadores-chave (KPIs) dos capitais não financeiros. In: XV Congresso Usp de Controladoria e Contabilidade. São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos152015/343.pdf>>.

Oshika, T., & Saka, C. *Created value as sustainability KPIs for integrated reporting*. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=2547339>>. Acesso em: 21 mai 2015.

Plumlee, M., Brown, D., Hayes, R. M., & Marshall, R. S. (2015). Voluntary environmental disclosure quality and firm value: Further evidence. *Journal of Accounting and Public Policy*. Disponível em: <<http://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2015.04.004>>.

Rensburg, R., & Botha, E. (2014). Is Integrated Reporting the silver bullet of financial communication? A stakeholder perspective from South Africa. *Public Relations Review*, 40(2), 144–152. Disponível em: <<http://doi.org/10.1016/j.pubrev.2013.11.016>>.

Rover, S. (2013). *Disclosure socioambiental e custo de capital próprio de companhias abertas no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. 193p.

Sánchez, I. M. G., Ariza, L. R., & Aceituno, J. V. F. (2013). The cultural system and integrated reporting. *International Business Review*, V. 22 (5), p. 828-838. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ibusrev.2013.01.007>>. Acesso em: 21 mai 2015.

Santos, O. M. D., & Santos, A. D. (2014). Lobbying na regulação contábil: evidências do setor petrolífero. *Revista Contabilidade & Finanças - USP*, 25(65), 124-144. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772014000200004>>. Acesso em: 18 jan 2016.



Silva, D. M., Tavares, M. F. N., Anjos, L. C. M., Lopes, C. C. V. M., & Silva, W. B. (2015). *Lobby Brasileiro: Análise do Perfil das Empresas que enviaram Comment Letters ao IASB* In: XII Congresso Usp de Iniciação Científica em Contabilidade. São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos152015/125.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

Slewinski, E., Gonçalves, M. N., & Sanches, S. L. R. (2015). Determinantes da divulgação do relatório desustentabilidade ou do relato integrado das empresas listadas na bm&fbovespa. IX Congresso AnpCont. Disponível em: <<http://congressos.anpcont.org.br/ix/anais/files/2015-05/cue313.pdf>>.

Speziale, M.-T., & Klovienè, L. (2014). The Relationship between Performance Measurement and Sustainability Reporting: A Literature Review. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 156, 633–638. Disponível em: <<http://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.11.254>>.

Steyn, M. (2014). Organisational benefits and implementation challenges of mandatory integrated reporting. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*, 5(4), 476–503. Disponível em: <<http://doi.org/10.1108/SAMPJ-11-2013-0052>>.

Stigler, G. J.. (1971). The Theory of Economic Regulation. *The Bell Journal of Economics and Management Science*, 2(1), 3–21. Disponível em: <<http://doi.org/10.2307/3003160>>.

Tavares, M. F. N., Paulo, E., Anjos, L. C. M., & Carter, D. (2013). Contribuições ao exposure draft revenue from contracts with costumers: análise das opiniões das firmas sobre a obrigação dedesempenho onerosa. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 18 (2), 14-27. Disponível em: <[http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/7266/pdf\\_1](http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/7266/pdf_1) >. Acesso em: 18 dez 2015.

Wagner, M. (2010). The role of corporate sustainability performance for economic performance: A firm-level analysis of moderation effects. *Ecological Economics*, 69(7), 1553–1560. Disponível em: <<http://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2010.02.017>>.

Watts, R. L., & Zimmerman, J. L.. (1978). Towards a Positive Theory of the Determination of Accounting Standards. *The Accounting Review*, 53(1), 112–134. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/245729>>.

Weber, O. (2014). Environmental, social and governance reporting in China. *Business Strategy and the Environment*, 23(5), 303–317. Disponível em: <<http://doi.org/10.1002/bse.1785>>.

Wulf, I., Niemöller, J., & Rentzsch, N. (2014). Development toward integrated reporting, and its impact on corporate governance: a two-dimensional approach to accounting with reference to the German two-tier system. *Journal of Management Control*, 25(2), 135–164. Disponível em: <<http://doi.org/10.1007/s00187-014-0200-z>>.

Zeff, S. A. (2002). “Political” Lobbying on Proposed Standards: A Challenge to the IASB. *Accounting Horizons*: March 2002, 16(1), 43-54. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2308/acch.2002.16.1.43>>. Acesso em: 18 jan. 2016.